



Levantamento mostra que muitos municípios não conseguem arrecadar nem para se m

Está muito difícil a situação fiscal dos municípios paulistas, segundo levantamento do Tribunal de Contas do Estado. A maioria das cidades corre o risco de não atingir a meta de arrecadação; 396 municípios, ou seja, 61% do total de 645, arrecadaram menos do que foi previsto

Pesquisa divulgada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal 2019), aponta que 34,8% dos municípios no Brasil não se sustentam por seus próprios meios. Segundo esse estudo, 1856 prefeituras gastaram 4,5 milhões em 2018 com despesas administrativas, incluindo pessoal, porém essas prefeituras geraram apenas 3 milhões de receitas próprias.

O trabalho da FIRJAN demonstrou também que três em cada quatro municípios estão em situação fiscal difícil ou crítica; cerca de 50% das prefeituras gastam mais da metade do orçamento para pagar o funcionalismo e, de 2013 a 2018, os gastos com pessoal dos municípios cresceram 29 bilhões, enquanto os investimentos encolheram 10 bilhões.

Levantamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo relacionado ao período de janeiro a agosto de 2019 expõe uma situação fiscal difícil sobre os municípios paulistas: a maioria corre o risco de não atingir a meta de arrecadação; 396 municípios, ou seja, 61% do total de 645, arrecadaram menos do que foi previsto; 75 prefeituras não prestaram informações no prazo e podem ser punidas; apenas 6 municípios estão com as contas em ordem e não receberam

notificação; quase a metade das prefeituras já gastou em excesso com pessoal.

Essa situação crítica das contas públicas é revelada também no julgamento das contas a cargo dos Tribunais de Contas. No Estado de São Paulo, por exemplo, levantamento do TCE-SP realizado a partir das contas dos exercícios de 2013 a 2016, revelou que a desaprovação das contas dos Prefeitos cresceu 120%. Em 2013, 19% dos Prefeitos tiveram suas contas reprovadas e, em 2016, o percentual subiu para 41%.

No primeiro ano de gestão municipal relativo ao exercício de 2017, o estudo Tribunal de Contas demonstrou que cerca de 25% das Prefeituras Paulistas tiveram suas contas reprovadas, isto é, 163 das 644 cidades receberam pareceres desfavoráveis.

Atento a esse cenário e buscando contribuir com o fortalecimento da gestão dos municípios, o Instituto Phorte de Educação - IPE, reconhecida instituição de ensino sediada em São Paulo, e o Instituto Brasileiro de Contas Públicas - IBContas, composto por especialista na área de contas públicas, criaram o Boletim de Contas Públicas.

O Boletim de Contas Públicas é um periódico eletrônico que veicula informações relevantes a partir



dos julgamentos realizados pelos Tribunais de Contas do país e também de atos aprovados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que tenham reflexos nas contas públicas.

Cada Boletim é elaborado por professores com ampla vivência teórica e prática na matéria, e procura identificar o problema relacionado ao comportamento das contas públicas, apresentando um verdadeiro diagnóstico por meio de explicação didática, compreendendo informações como identificação da decisão ou do ato que afeta a conta pública; definição do público-alvo que precisa conhecer o assunto; o efeito imediato sobre a prestação de contas; reflexos nas contas públicas, além de ações preventivas ou corretivas a serem implementadas pelos gestores. Tudo isso acompanhado de um

pios anter

fessores especializados em cada um dos temas e que as decisões sejam trabalhadas com o mínimo tempo possível após a sua publicação, garantindo a efetividade e a tempestividade da informação.

O Boletim de Contas Públicas permite o acesso a uma plataforma com disponibilização de diversas informações de interesse da Administração Pública relacionadas à temática das Contas Públicas, possibilitando também a formulação de questionamentos por escrito no formato de consultas sobre dúvidas relacionadas a esse assunto.

A formulação de cada consulta é realizada por meio de um Portal de Dúvidas disponível na plataforma, o questionamento é submetido a um consultor, que irá esclarecer por escrito a indagação realizada.

Para saber mais sobre o Boletim de Contas Públicas acesse o site www.boletimdecontaspublicas.com.br.

Além dos Boletim de Contas Públicas, a parceria entre os dois Institutos também viabilizou o lançamento de 10 cursos, oferecidos nas modalidades presenciais e/ou à distância, que, sucintamente, descrevemos nas linhas abaixo:

Gestão e fiscalização dos contratos administrativos -

Objetivo do curso: Aperfeiçoar os participantes mediante uma abor-



Prof. Moacir Marques, do Instituto Brasileiro de Contas Públicas - IBContas

dagem ampla dos procedimentos necessários para uma eficiente gestão contratual, discutindo-se situações práticas verificadas pelo gestor e fiscal dos contratos administrativos. Público-alvo: Servidores responsáveis pela fiscalização e/ou gestão de contratos administrativos.

Último ano de mandato – regras fiscais e eleitorais -

Objetivo do curso: Apresentar os principais assuntos que afligem a gestão pública municipal no último ano de mandato, compreendendo o planejamento e a boa execução financeira e orçamentária. Público-alvo: Prefeitos, secretários, gestores, presidentes de câmaras municipais, vereadores, assessores, controladores, servidores públicos, equipes de transição de governo e demais interessados na temática.

Estruturação de controladoria interna -

Objetivo do curso: Apresentar os principais conceitos que envolvem a estruturação de uma controladoria interna. Público-alvo: Servidores e gestores que atuam em unidades de controle interno e demais servidores que tenham interesse pela capacitação.

Formação de auditores de controle interno -

Objetivo do curso: Apresentar os principais conceitos que envolvem as funções de controle interno de forma aplicada, com ênfase na atividade de auditoria governamental. Público-alvo: Servidores e gestores que atuam em unidades de controle interno, e demais servidores que tenham interesse pela capacitação.

Lei de responsabilidade fiscal -

Objetivo do curso: Apre-

vídeo explicativo em linguagem simples de fácil entendimento.

A curadoria de conteúdo dos Boletins de Contas Públicas é realizada com o apoio de um sistema de inteligência artificial, que identifica os documentos públicos emitidos pelos diversos órgãos da Administração de maneira automática, utilizando para tanto as mais modernas técnicas de análise de dados.

O sistema identifica as irregularidades responsáveis pela reprovação das contas que revelam os pontos críticos da gestão pública, seleciona os temas de maior interesse para o projeto e faz o direcionamento ao professor especialista da matéria.

Esse processamento permite que os Boletins de Contas Públicas sejam sempre elaborados por pro-



Prof. Fabio Mazzone do Instituto Phorte de Educação - IPE

sentar e analisar o sistema de gestão fiscal implantado no país a partir da edição da Lei Complementar no 101/2000. Público-alvo: Servidores e gestores que tenham interesse pela capacitação.

Gestão de parcerias com a Sociedade Civil - Objetivo do curso: Oferecer instrumentos e diretrizes que auxiliem servidores na modelagem de estruturas públicas organizacionais voltadas à implementação de gestão de parcerias com organizações da sociedade civil à luz do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) – Lei Federal 13.019/2014, considerando todas as etapas de uma parceria.

Público-alvo: Agentes políticos, servidores públicos municipais, gestores de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e membros de comissões de monitoramento e avaliação.

Formação de pregoeiro - Objetivo do curso: Capacitar o servidor para o exercício das atividades de pregoeiro, apresentando todos os aspectos que envolvem o procedimento licitatório, desde o início do processo administrativo

até a sua homologação.

Público-alvo: Pessoal responsável pela operacionalização das etapas da licitação na modalidade pregão.

O novo pregão eletrônico – decreto no 10.024/2019 - Objetivo do curso: Capacitar os participantes mediante a apresentação dos principais aspectos normativos e práticos do Decreto no 10.024, de 2019, em especial quanto ao novo sistema de pregão eletrônico.

Público-alvo: Responsáveis pela área de compras de órgãos e entidades municipais e estaduais com recursos federais.

A nova lei de licitações - Objetivo do curso: Apresentar os procedimentos introduzidos pela nova lei de licitações, destacando as alterações em relação à legislação anterior.

Público-alvo: Membros das comissões de licitações e demais interessados pela temática.

A nova contabilidade pública - Objetivo do curso: Apresentar e analisar os procedimentos introduzidos pelas Normas Nacionais e Internacionais de Contabilidade aplicadas ao setor público. Público-alvo: Profissionais que demandam conhecimento de contabilidade pública.

Além dos cursos, e decorrentes deles, as consultorias e as assistências online serão outros produtos que a equipe do Boletim de Contas Públicas poderá oferecer à sociedade brasileira.



Vereador Tuma Júnior, presidente da Câmara dos Vereadores do Município de São Paulo e a equipe técnica do Boletim de Contas Públicas